

ESCUA INFANTIL E SUJEITO DE DIREITO: UMA INTERCESSÃO NECESSÁRIA

Maria das Vitórias Dantas Rodrigues¹
Elizangela Dias Santiago Fernandes²
Valdenise Lima Pimentel Nogueira³

RESUMO

A escuta infantil, enquanto objeto de estudo científico, é um campo novo, além de ser bastante desafiador. Se olharmos para a história da humanidade, é possível compreendermos melhor nossa dificuldade ao lidar com esse tema. Estamos tentando desconstruir o que, por séculos, foi apresentado por meio de uma cultura *adultocêntrica*, a partir da qual as crianças nunca tiveram a mesma prioridade em relação aos adultos. O reconhecimento legal e oficial da criança enquanto sujeito histórico e de direito é bem recente no Brasil e no mundo. Para um olhar mais atento sobre a temática, buscamos alguns aportes teóricos na pedagogia da escuta sensível e empática que emergem da perspectiva malaguzziana, a qual está presente na abordagem de Reggio Emilia, na Itália, que, a nosso ver, suscitam reflexões filosóficas e metodológicas amplas. Assim, em diálogo com a referida pedagogia, objetivamos discutir sobre a importância da escuta infantil como propulsora para o exercício da cidadania das crianças. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada no estudo bibliográfico, cujos conceitos trabalhados foram os defendidos por autores e autoras como: Malaguzzi, Hoyuelos e Riera, Rinaldi, Bondioli, Tonucci, Campos e Cruz, Garcia, Oliveira Formosinho, Friedmann, Bondía, Fochi, Vecchi, entre outros. Faz-se urgente repensar a didática das instituições destinadas à Educação Infantil, afinal a criança tem “cem linguagens”, então, é nosso dever legitimá-las.

Palavras-chave: Crianças; protagonismo infantil; escuta infantil.

ABSTRACT

Child listening, as an object of scientific study, is a new field, in addition to being quite challenging. If we look at the history of humanity, it is possible to better understand our difficulty in dealing with this issue. We are trying to deconstruct what, for centuries, was presented through an adult-centric culture, from which children never had the same priority in relation to adults. The legal and official recognition of the child as a historical and legal subject is very recent in Brazil and in the world. For a closer look at the theme, we seek some theoretical contributions in the pedagogy of sensitive and empathic listening that emerge from the Malaguzzi perspective, which is present in the approach of Reggio Emilia, in Italy, which, in our view, raise philosophical and methodological reflections. Then, in dialogue with the aforementioned pedagogy, we aim to discuss the importance of children's listening as a propeller for the exercise of children's citizenship. This is a qualitative research, anchored in the bibliographic study, whose concepts worked were those defended by authors such as: Malaguzzi, Hoyuelos and Riera, Rinaldi, Bondioli, Tonucci, Campos e Cruz, Garcia, Oliveira Formosinho, Friedmann, Bondía, Fochi, Vecchi, among others. It is urgent to rethink the didactics of institutions dedicated to Early Childhood Education, after all, the child has “a hundred languages”, so it is our duty to legitimize them.

Keywords: Children; child protagonism; child listening.

¹ Técnica da Divisão de Educação Infantil - Bayuex Pb. Professora de Educação Infantil Rede Pública Município de João Pessoa. Mestranda em Educação na UFPB. <http://lattes.cnpq.br/1913737030457390>

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/1833561631983447>

³ Assessora da Coordenação de Educação Infantil. Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Conde-PB. <http://lattes.cnpq.br/0034884617423561>

1. Introdução

Olhando para o universo infantil, ao longo da história, percebemos que os conceitos *crianças e infâncias* foram ganhando novas definições e concepções no decorrer do tempo. Segundo Sarmiento (2008), o estudo da infância, enquanto categoria social, intensificou-se nos últimos 35 anos, especialmente a partir da década de 19'90. A criança que, por séculos, foi considerada um adulto em miniatura, há pouco, conquistou oficialmente o direito de ser sujeito histórico e de direito.

Pensando nessa discussão sobre os direitos das crianças, é importante lembrar a sua linha do tempo brevemente. Tal discussão é iniciada formalmente por Janusz Korcsak, médico pedagogo da Polônia que publicou a *Declaração de Genebra dos Direitos da Criança*, em 1924. Janusz Korcsak desenvolveu muitos trabalhos voltados para as crianças, entre eles, fundou e dirigiu o Dom Sierot, um orfanato que acolhia crianças de diferentes idades. Janusz Korcsak implementou, na administração do Dom Sierot, a concepção da comunidade de autogestão, que criava as suas próprias instituições, tais como: parlamento, tribunal, jornal, sistema de horas de serviço, notário e uma caixa de crédito. Certa vez, o Psicólogo Jean Piaget foi visitá-lo e disse:

Este homem maravilhoso teve a coragem de confiar nas crianças e nos jovens, com os quais trabalhava, ao ponto de transferir para as suas mãos as ocorrências disciplinares e de confiar a certos indivíduos as tarefas mais difíceis e de grande responsabilidade. (DIÁRIO DA MANHÃ, 2018, [s. p.]).

Embora a *Declaração de Genebra* (1924) não tenha a força de uma convenção entre diferentes países, a sua influência sobre os documentos elaborados, a partir de então, foram contundentes. Korcsak era firme e lutava pelas crianças. Durante a Segunda Guerra Mundial, as suas crianças foram encaminhadas a um campo de concentração. Korcsak, mesmo diante da opção de permanecer em Varsóvia e escapar da câmara de gás, optou por ir com as crianças e todos, inclusive ele, foram executados em agosto de 1942. O seu exemplo de absoluto respeito e empatia sensibilizou o mundo.

Novos documentos surgiram, entre eles, a *Carta da Convenção sobre os Direitos da Criança* em 1959. Esta carta inspirou muitas ações no mundo inteiro. Em 1979, foi declarado o *Ano Internacional das Crianças*. Esse marco avultou a discussão sobre as péssimas condições das crianças e suas infâncias, inclusive a ONU retomou a carta elaborada durante a *Convenção dos Direitos das Crianças* (1959) em uma ‘Assembleia Geral das Nações Unidas’, em 20 de novembro de 1989. Destacamos um trecho desse documento a fim de destacar a luta em defesa das crianças:

Tendo presente que a necessidade de garantir uma proteção especial à criança foi enunciada pela Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e pela Declaração dos Direitos da Criança adotada pelas Nações Unidas em 1959, e foi reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (nomeadamente nos artigos 23º e 24º), pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (nomeadamente o artigo 10º) e pelos estatutos e instrumentos pertinentes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem-estar da criança (UNICEF, 2019, p. 6).

Nesse período, o Brasil vivia um momento de redemocratização política. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos documentos normatizadores, dirigidos ao atendimento institucional das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, sucederam-se devido à grande pressão dos movimentos feministas e sociais. Entre esses documentos, podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), que ratifica o dever do Estado em garantir a todas as crianças o atendimento em creche e pré-escola; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9394/96, que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Em 1998, foi instituído o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e, em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) foram estabelecidas, sendo que esse último documento reconheceu a criança como protagonista do seu processo de conhecimento. Mais recentemente, após diferentes embates filosóficos e políticos, em dezembro de 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os documentos oficiais e a literatura científica, destinados à primeira infância, reconhecem a criança enquanto sujeito histórico e de direito. Nesse sentido,

entendemos que a escuta sensível de crianças é um terreno fértil para novas práticas, embora reconheçamos a grande dificuldade que nós, professores, sentimos em garantir esse direito. Podemos inferir que essa dificuldade se deve à falta de formação mais consistente sobre o tema.

Analisando as rotinas, espaços físicos, propostas pedagógicas de muitas instituições infantis, percebemos, especialmente na Educação Infantil, a presença de uma pedagogia centrada na mera transmissão de conhecimentos e inspirada nos objetivos do Ensino Fundamental. Oliveira-Formosinho (2007) questiona essa pedagogia de cunho assistencialista e escolarizante que, historicamente, tem marcado o atendimento das crianças nas instituições de Educação Infantil de nosso país.

A fim de analisarmos a temática da Educação Infantil, buscamos alguns aportes teóricos na tentativa de encontrar uma filosofia pedagógica que respeitasse o protagonismo infantil. Durante nossa pesquisa⁴, encontramos a pedagogia da escuta sensível e empática, na perspectiva malaguzziana, presente na abordagem de Reggio Emília na Itália que, a nosso ver, suscita reflexões filosóficas e metodológicas amplas.

Assim, a reflexão, a partir de diferentes autores, sobre a escuta infantil como propulsora do exercício da cidadania das crianças, suscitou um diálogo franco entre a teoria e a realidade dos educadores da primeira infância. A fim de fomentar a discussão e análise da temática da escuta infantil na escola, questionamo-nos: como enxergamos a criança, um ser completo ou inacabado? Escutamos ou apenas ouvimos nossas crianças? Por que a nossa voz – adultos - ainda é tão predominante? O que de fato nos falta? Essas indagações ecoam na mente de educadores, verdadeiramente comprometidos com a infância, que exigem novas reflexões frente a esse sujeito: a criança.

Rinaldi (2012), sobre escuta numa perspectiva malaguzziana, aponta:

⁴ A pesquisa citada corresponde aos dados coletados, inicialmente, no interior da escola com a finalidade de sistematização do projeto de pesquisa para ingresso no curso de Mestrado em Educação.

A escuta das cem linguagens, símbolos e códigos que usamos para nos expressar e nos comunicar, e com os quais a vida expressa a si mesma e se comunica com aqueles que sabem ouvir. E ainda: Escuta, portanto, como uma metáfora para a abertura e a sensibilidade de ouvir e ser ouvido - ouvir não somente com as orelhas, mas com todos os nossos sentidos (RINALDI, 2012, p. 124).

É importante ressaltar que não estamos nos referindo a uma escuta que acata toda e qualquer proposição da criança na sua literalidade. Na hipótese de que as crianças expressem, por exemplo, “não queremos escovar os dentes”, logo os professores não iriam reorganizar a rotina para tirar essa atividade. Absolutamente, estamos defendendo uma escuta que acolhe essa fala da criança e questione: por que algumas crianças não querem escovar os dentes? Como tem ocorrido essa escovação? O que elas já sabem sobre esse hábito? Enfim, a escuta acontece na tentativa de compreender, a partir da ótica da criança os seus questionamentos.

Ao levantarmos algumas iniciativas de escolas e projetos que concebem a centralidade das vozes das crianças, identificamos algumas iniciativas que merecem destaque: Ateliê Carambola Escola de Educação Infantil (SP), Observatório da Cultura Infantil (RS), Cria Cidade (Glicério SP), Mapa das Infâncias Brasileiras (MIB), Vozes da Infância Brasileira (VIB), Casa Amarela (Florianópolis), Grupo de Trabalho 7 (GT 7) que pesquisa a educação da criança de 0 a 6 anos, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Infâncias (multiplataforma), Programa de Formação para professores - Paralapraca - com atuação especificamente no Nordeste.

Consideramos esses projetos como referências para questionamentos relacionados ao nosso objeto de estudo, mas sem o objetivo de transpor para nossa realidade ou generalizar essas ações. Entendemos que as crianças e as infâncias não são as mesmas em todos os lugares, afinal, o contexto social é determinante da constituição de cada sujeito (DAHLBERG, MOSS; PENCE, 2003). As experiências citadas acima apontam caminhos possíveis, inspiram-nos e desafiam-nos. Freire (1993, p. 10), afirma que: “[...] aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica”. Mesmo em meio às

incertezas e às inseguranças profissionais, optamos por não nos aquietar e, assim, buscar novos saberes que aprimorem a nossa práxis, fortalecendo a cidadania das crianças.

Não estamos em um território de certezas. É, no mínimo, desafiador pensar a escuta das crianças como exercício científico e coletivo. Algumas vezes precisamos desfazer e refazer conceitos, ideias e hábitos consolidados historicamente.

A pedagogia malaguzziana, desde que devidamente contextualizada, é uma forma revolucionária de pensar a educação voltada à primeira infância. Ela nos provoca a repensar novos espaços físicos, novas metodologias, novas rotinas, novos atores e autores nesse processo de construção das instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos.

2. Aspectos Teórico-Methodológicos

A metodologia foi estruturada em torno de estudos qualitativos, por considerarmos que este tipo de pesquisa aborda “[...] de modo geral, a análise de micro processos, através de estudos das ações individuais e grupais” (MARTINS, 2004, p. 292). Ancorada no estudo bibliográfico, a pesquisa demarcou o levantamento de autores que se debruçam em estudos acerca da escuta infantil e de como esse objeto de estudo é interpretado pelos estudiosos. Segundo Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa bibliográfica busca “[...] referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta”.

Para tanto, consideramos as publicações disponíveis acerca do objeto de estudo, fazendo destaque para o entendimento de escuta infantil nos autores que investigam este conhecimento. Os dados propiciam a contribuição de que a escuta infantil tem correlação com o protagonismo infantil, bem como, a consideração de crianças como sujeitos históricos e de direitos. Dessa forma, a prática da escuta infantil sinaliza uma nova postura que os(as) professores(as) devem assumir no trabalho pedagógico com as crianças.

Nesta pesquisa, apresentamos uma discussão da revisão bibliográfica, construída a partir de autores como: Loris Malaguzzi, Alfredo Hoyuelos e Maria Antonia Riera, Anna Bondioli, Francesco Tonucci, Maria Malta Campos e Silvia Hena Viera Cruz, Júlia Oliveira-Formosinho, Carla Rinaldi, Paulo Sergio Fochi, Adriana Friedmann, Bondía, Paulo Freire, Veia Vecchi, entre outros. Após uma leitura cuidadosa das referidas publicações, utilizamos alguns princípios de análise de interpretação para discorrer sobre os achados aqui apresentados. Segundo Andre (1995),

Os dados são considerados sempre inacabados. O observador não pretende comprovar teorias nem fazer “grandes” generalizações. O que busca sim, é descrever a situação, compreendê-la, revelar os seus múltiplos significados, deixando que o leitor decida se as interpretações podem ou não ser generalizáveis, com base em sua sustentação teórica e sua plausibilidade (ANDRE, 1995, p. 37-38).

Contudo, mesmo com dados em processo de análise, nosso desejo é que os achados deste estudo possam contribuir para o trabalho pedagógico realizado com as crianças pequenas nos contextos das instituições escolares. Esperamos que ele possa apontar reflexões para repensar o lugar que reservamos à participação das crianças no cotidiano das nossas ações e a forma como encaramos as manifestações das crianças. Afinal, conceber que as crianças participem mais ativamente dos espaços que elas circulam significa respeitá-las na condição de sujeitos com história própria, galgando, assim, a melhoria da qualidade na educação das crianças pequenas.

3. Resultados e Discussão

Debruçamo-nos sobre a realidade vivida, a fim de enxergar melhor a criança que opina, interage, discute, pesquisa e, assim, constrói seu pensamento e as suas experiências. Para Garcia *et al.* (2018),

A observação é uma atitude de escuta que, consiste, essencialmente, em uma disposição pela qual os professores procuram significados nos gestos e nas expressões das crianças, para compreendê-los sob uma nova

perspectiva. O universo infantil é rico em possibilidades e oportunidades (GARCIA *et al*, 2018, p. 46).

A Pedagogia da Infância apresenta as crianças como sujeitos ricos, competentes e diversos, capazes de participar da construção de suas próprias vidas. Corsaro (2011), ressalta que a criança faz parte de uma classe social e a infância, embora seja um período temporário, é uma categoria estrutural permanente de uma sociedade, portanto não pode ser ignorada ou silenciada.

Escutar a criança é uma forma ética de estar e de relacionar-se com ela. Para Malaguzzi, esta escuta é uma possibilidade dos adultos perceberem e tornarem-se conscientes das tantas riquezas e potencialidades das crianças (REDIN; FOCHI, 2014, p. 15).

Percebemos, durante nosso estudo, que os educadores sabem de forma incipiente a respeito da escuta infantil, limitando-se muitas vezes ao audível, afinal, existem muitas outras formas de comunicação que precisam ser reputadas. É imperativo lembrar que não há qualidade na educação da criança sem que ela seja ouvida (BONDIOLI, 2004). Logo, é preciso reconhecer a criança como ser potente ou, como afirma Malaguzzi (1999), um sujeito com múltiplas linguagens.

Acreditamos que temas como o nosso fomentam discussões relevantes sobre o papel do(a) professor(a) da Educação Infantil. Precisamos estar atentos às amarras provocadas pelo ensino tradicional, muitas vezes, restringimos nosso fazer a esquemas predeterminados conforme fomos instruídos. Segundo Vecchi (2017), perdemos o foco quando damos maior atenção ao produto final, ao invés de refletirmos, na tentativa de enxergar melhor o processo vivido por nós, adultos e crianças, na busca do conhecimento. Assim, “a experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova” (BONDÍA, 2002, p. 25).

De acordo com Malaguzzi (1999 p. 4), acreditamos que “uma escola deve ser um lugar para todas as crianças, não baseada na ideia de que todos são iguais, mas que todas são diferentes”. Afirmamos que as crianças precisam ser respeitadas e ouvidas e, para escutar verdadeiramente, é preciso nos colocarmos no lugar do outro, tentando compreender a sua perspectiva, partindo da sua lógica (DUNKER, 2019).

As instituições de Educação Infantil precisam acolher as diferentes realidades, necessidades e linguagens que as crianças apresentam, afinal é nessas instituições que elas passam grande parte do seu tempo. A escola/creche é um lugar privilegiado para as crianças porque há a possibilidade de conviver com outras crianças, vivenciar papéis, estabelecer regras, descobrir seu lugar no mundo. Oliveira-Formosinho e Lino dizem que:

Observar, escutar, negociar com a(s) criança(s) a ação educativa representa um desafio para a inovação em pedagogia e para a investigação acerca dos contextos de vida da criança, do que lá experienciam, do que pensam e sentem em espaços onde passam tanto tempo de vida (OLIVEIRA-FORMOSINHO; LINO, 2008, p. 70).

A experiência que elas vivem na Educação Infantil impacta, profundamente, em suas vidas. Ter professores que, em suas práticas, acolhem e apresentam, de modo respeitoso, o mundo a essas crianças é essencial, afinal a pedagogia da infância é carregada de sutilezas. Friedmann (2006) nos convoca a aguçar nossa sensibilidade e, assim, perceber: “A criança está falando, escrevendo com seu corpo uma melodia. Com seu gesto, sua mão, seu olhar e seu sorriso imprimindo a pegada do seu coração” (FRIEDMANN, 2006, p. 3).

As trivialidades das instituições de Educação Infantil como, a citar, a alimentação, o banho, o sono, a troca de fralda, entre outras, fazem parte do currículo e dizem muito sobre a visão que temos das crianças. Como estamos conduzindo esses momentos e qual tem sido a relação estabelecida entre nós e as crianças são questões fundamentais. Campos e Cruz afirmam que “a qualidade das falas das crianças é reflexo da rotina e do currículo pouco enriquecedor a que elas têm acesso na creche, bem como da frágil formação de suas professoras” (CAMPOS; CRUZ, 2006).

Por fim, reafirmamos: “educar é essencialmente um ato político” (FREIRE, 1979). Então, a promoção de uma escuta atenta das crianças, dentro e fora das instituições de educação infantil, é reconhecê-las como sujeitos potentes e competentes, podendo ser considerada um ato político e democrático, conseqüentemente, libertador. É importante que os contextos educativos considerem

as crianças como sujeitos de direitos e não neguem o direito à fala e à atenção de escutá-las nas suas cem linguagens.

Por conseguinte, é uma atitude de enfrentamento à sociedade que, no cotidiano, insiste em ignorar as vozes infantis. Constatamos, a partir dos estudos, que é importante desenvolvermos uma escuta atenta a todas as formas de comunicação para além da oralidade ou dos mecanismos que tentam validar apenas uma voz como a verdadeiramente eficaz e relevante para o contexto infantil.

4. Considerações Finais

A leitura das contribuições dos pesquisadores contemplados no presente estudo nos convida a, efetivamente, ressignificar as práticas educacionais junto às crianças. De fato, é plausível que nosso compromisso deve estar centrado no sujeito, aqui de forma particular nas crianças, considerando-as como sujeitos histórico e de direito.

Defendemos que é importante valorizar o ineditismo tão singular das crianças, evitando colonizá-las pelo nosso olhar, abrindo espaço para uma pedagogia mais aberta aos acontecimentos extraordinários do mundo infantil. Bruner (1998) destaca o paralelo que as crianças estabelecem, a partir da imaginação, entre o mundo real e o possível. Logo, o(a) professor(a) não precisa se calar para ouvir as crianças. Ele precisa estar atento às demandas, num processo dialógico, recíproco e contínuo com elas.

O cotidiano tem revelado que as crianças nos colocam diante de inúmeras incertezas e desafios. “Não podemos educar sem nos indagarmos”. (HOYUELOS; RIERA, 2019, p. 31). Nesse território, é preciso reconhecer a complexidade das relações estabelecidas e nos abrir para novos mundos, novos lugares, ainda que não tenhamos a maioria das respostas.

No que tange ao aspecto legal, é notório que avançamos significativamente, mas ainda temos uma longa caminhada até que a prática traduza suas afirmativas. Como visto, esse salto qualitativo demanda o abandono de propostas tradicionais que

orientam algumas unidades educacionais cujo público são crianças da educação infantil.

Estaremos atento(as) para as vozes das crianças que podem ser traduzidas na conduta de uma escuta sensível e acolhedora, que respeita suas iniciativas e interage com as suas singularidades.

Diante do exposto, reiteramos o nosso comprometimento com a discussão acerca da escuta das crianças, no sentido de possibilitar, a partir das nossas pesquisas e da nossa prática como educadoras e pesquisadoras, o reconhecimento dos direitos da criança, fazendo interlocuções com autores que tratam do tema, a fim de fortalecer essa prática fundamental na formação da infância.

REFERÊNCIAS

- ANDRE, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, Abr. 2002.
- BONDIOLI, A. (org.). **O projeto pedagógico da creche e sua avaliação**: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BRUNER, J. S. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998 [publicado originalmente em 1986].
- CAMPOS, M. M.; CRUZ, S. H. V. **Consulta sobre Qualidade na Educação Infantil**: o que pensam e querem os sujeitos desse direito. São Paulo: Cortez, 2006.
- CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. São Paulo: Artmed, 2011.
- DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação infantil da primeira infância**: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed. 2003.
- DIÁRIO DA MANHÃ. **As crianças de Janusz Korczak**. Publicado Em 15 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/cotidiano/2018/10/ascriancas-de-janusz-korczak/>>. Acesso em: 15 set. 2021.
- DUNKER, C. **O palhaço e o psicanalista**: como escutar os outros pode transformar vidas/ Christian Dunker, Cláudio Tebas. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. **Professora, sim; tia, não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1993.
- FRIEDMANN, A. **“O brincar no cotidiano da criança”**. Rio de Janeiro: Moderna, 2006.
- GARCIA, J. *et al.* **A Reinvenção da Educação Infantil**: uma experiência de Reggio Emilia. Curitiba: Editora UTP, Coopselios, 2018.

HOYUELOS, A.; RIERA, M. A. **Complexidade e relações na educação infantil**. Tradução Bruna Heringer de Souza Villar – 1 ed. – São Paulo: Phorte, 2019.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARTINS, H. H.T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa** - USP, São Paulo, v. 30 n. 2, p. 289/299, mai/ago. 2004.

OLIVEIRA - FORMOSINHO, J. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In. OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Modelos de curriculares para a educação de infância: construído uma práxis de participação**. Portugal, 2007.

OLIVEIRA - FORMOSINHO, J.; LINO, D. Os papéis das educadoras: as perspectivas das crianças. In. OLIVEIRA- FORMOSINHO Julia. (org.). **A escola vista pelas crianças**. Editora Porto, Portugal, 2008.

REDIN, M. M.; FOCHI, P. S. **Infância e educação infantil II: Linguagens**. Edição. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2014.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In:

SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. de. (Orgs.). **Estudos da infância**. Educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem: Agora Chega!** Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos**. Comité Português para a UNICEF. Edição revista em 2019. Disponível em: <https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-ao_dos_direitos_da_crianca.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

VECCHI, V. **Arte e criatividade em Reggio Emilia: explorando o papel e a potencialidade do ateliê na educação da primeira infância**. Tradução: Thais Helena Bonini. Paulo: Phorte, 2017.